

# A vulnerabilidade social associada à Pandemia COVID-19: um estudo com cidadãos que recorreram a um serviço de emergência social em Portugal

## The social vulnerability associated with the COVID-19 Pandemic: a study with citizens who resorted to a social emergency service in Portugal

Sónia Guadalupe\*  
Filipa João Ribeiro\*\*  
Mariana S. Machado\*\*\*  
Sónia Silva\*\*\*\*  
Mariana Pena\*\*\*\*\*

**Resumo:** O objetivo do estudo foi caracterizar a situação familiar, socioeconómica e de apoio social de cidadãos assistidos numa resposta de emergência social durante a pandemia por COVID-19, analisando os processos de vulnerabilização social. Participaram 230 sujeitos que recorreram ao Serviço Social de uma instituição no Norte de Portugal, na sua maioria mulheres (77,8%;  $n = 179$ ), com idades entre os 20 e os 85 anos. O estudo, observacional e correlacional, usou um inquérito para avaliar as variáveis sociodemográficas, socioeconómicas e apoio institucional, assim como a Escala Breve de Redes Sociais de Lubben e a Escala Breve de *Coping* Resiliente. Os resultados apontam para um agravamento da situação socioeconómica dos

---

\* Doutorada em Serviço Social pelo ISCTE-IUL. Assistente Social. Investigadora do CEISUC – Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra, Portugal. Professora Auxiliar no ISMT – Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, Portugal. E-mail: soniaguadalupe@gmail.com.

\*\* Mestre em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga. Assistente Social na Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Vila Nova de Gaia. E-mail: filipa.ribeiro@cvpgaia.org.

\*\*\* Doutoranda em Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Licenciada e Mestre em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Assistente convidada da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. E-mail: up201306172@edu.direito.up.pt.

\*\*\*\* Assistente Social Sénior na Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Vila Nova de Gaia. Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto. E-mail: sonia.silva@cvpgaia.org.

\*\*\*\*\* Mestre em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga. Assistente Social. E-mail: marianasantospena@gmail.com.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

participantes, verificando-se que após o Estado de Emergência existiu uma maior probabilidade de os inquiridos estarem desempregados e procurarem apoio social formal. A maioria apresentava uma situação de privação material severa (97.4%), associada a um baixo nível de suporte informal. Houve associação entre apoio social informal e *coping* resiliente.

**Palavras-chave:** COVID-19; Serviço Social; vulnerabilidade social; apoio social

**Abstract:** The present study aims to characterize the family, socioeconomic, and social support situation of citizens who used social emergency services during the COVID-19 pandemic. The participants were 230 individuals that resort to Social Work of a Northern Portuguese institution. The participants were mostly women (77,8%;  $n = 179$ ), aged between 20 and 85 years old. It was conducted an observational and correlational study, through an inquiry used to assess sociodemographic, socioeconomic, and institutional support variables, as well as Lubben's Brief Social Network Scale and Brief Resilient Coping Scale. The results evidence an aggravation of the socioeconomic situation of the participants with respondents more likely to be unemployed and to seek formal social support after the State of Emergency. Most presented a situation of severe material deprivation (97.4%), associated with a low level of informal support. There was an association between informal social support and resilient coping.

**Keywords:** COVID-19; Social Work; social vulnerability; social support

Recebido em: 18/06/2021. Aceito em 08/09/2021.

## Introdução

A pandemia originada pela COVID-19 pode ser perspectivada como uma lente de aumento para problemas sociais estruturais pré-existentes que se manifestavam em desigualdades sociais, em injustiça social e em múltiplas formas de exclusão social em Portugal. A persistência e a reprodução social da pobreza (ALVES et al., 2015; COSTA et al., 2008; DIOGO et al., 2021), a precariedade laboral ou o trabalho sem direitos, a par de políticas públicas retracionistas na proteção social de recorte neoliberal nas últimas décadas, compõem um quadro que era conhecido. A transição abrupta para situações de emergência social no sentido de lidar com uma crise de saúde pública incerta, através do confinamento geral de populações e da interrupção da maior parte da atividade económica, evidenciou um quadro de vulnerabilidade social incontornável. Ainda que a situação da pandemia seja superável, espera-se que “os determinantes críticos da vulnerabilidade em Portugal não se vão dissolver no ar com a mesma rapidez com que irromperam” (CALDAS; SILVA; CANTANTE, 2020, p. 140), agudizando a incerteza na situação social do país.

O risco natural associado à doença provocada pelo vírus SARS-CoV2 disseminou-se globalmente de forma rápida, trazendo múltiplas consequências, transformando-se num risco de

natureza social (CALDAS; SILVA; CANTANTE, 2020). A pandemia representa um choque económico maciço a nível mundial, com uma súbita interrupção da atividade económica pelas medidas implementadas de encerramentos e de distância social (MARTIN et al., 2020). Na primeira fase da pandemia em Portugal foi evidenciado um elevado impacto a nível socioeconómico em trabalhadores que perderam o emprego, em trabalhadores independentes e em pequenos empresários que interromperam a atividade económica (MAGALHÃES et al., 2020; TAVARES et al., 2021), sendo particularmente afetados os trabalhadores mais precários e informais, assim como aqueles que trabalham nas áreas de atividade mais diretamente afetadas, sendo a vulnerabilidade muito desigual (CALDAS; SILVA; CANTANTE, 2020). Analisados indicadores comparativamente com os países da União Europeia, Portugal é considerado enquanto um dos países mais vulneráveis aos impactos socioeconómicos da crise pandémica por COVID-19, tida enquanto choque numa sociedade debilitada pela persistência da austeridade (CALDAS; SILVA; CANTANTE, 2020).

Os processos de vulnerabilização são dinâmicos e heterogéneos, expressos na flutuação instável dos que procuram encontrar esferas de inclusão social e dos que as perdem (DEDECCA, 2007), combinando três dimensões, segundo Caldas, Silva e Cantante (2020): suscetibilidade (características que se fragilizam perante vicissitudes da vida e situações disruptivas); exposição (desproteção face a riscos exógenos); e cobertura (proteção perante os riscos). No presente artigo a vulnerabilidade social é perspetivada enquanto relativa à situação de vida das pessoas e não a condições individuais, grupais ou populacionais.

Note-se que poderemos ter de enfrentar uma nova inversão na evolução positiva dos indicadores sociais e laborais que Portugal tem registado relativamente à recente crise financeira, económica e social vivida na década de 2010. A taxa de privação material severa em Portugal tem vindo a decrescer depois de ter registado a taxa mais elevada dos últimos 20 anos. No ano de 2013 (10,9%), ano em que se registou 30,3% de intensidade da pobreza (isto é, a distância do rendimento dos mais pobres para o limiar de risco de pobreza), no período da recente crise financeira, tendo atingido o seu valor mais baixo em 2020 (4,6%), registando-se 24,4% de intensidade da pobreza em 2019 (PORDATA, 2021). A taxa de privação de refeição (isto é, a taxa populacional incapaz de assegurar uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano de 2 em 2 dias) foi de 2,3% em Portugal em 2019, mas de 5,7% entre a população abaixo do limiar da pobreza (vs. 1,3% quando considerada a população acima do limiar de pobreza) (EUROSTAT, 2020). As estatísticas europeias sobre rendimentos e condições de vida revelam que a população em risco de pobreza ou exclusão social era, em 2019, de 21,6% (indicador que combina as condições de risco de pobreza, de privação material severa e de intensidade laboral muito reduzida), sendo o décimo país da UE com a taxa mais agravada (EUROSTAT, 2020), já o risco de pobreza após transferências sociais tem vindo a cair desde 2013 em Portugal, sendo em 2019 de 16,2% (PORDATA, 2021), mais gravosa entre os indivíduos com idades inferiores a 18 anos, vivendo a maioria da população em risco de pobreza nas regiões Norte e Centro do país em 2017 (INE, 2019). Em 2019, Portugal era o quinto país com a taxa mais elevada da UE de risco de pobreza entre a população empregada, com 10,8%, ainda que seja uma taxa mais baixa do que a registada em 2004 (12,4%) (EUROSTAT, 2020). Já no que concerne à percentagem da população que vive em alojamentos com más condições, Portugal apresenta a segunda pior taxa da UE e regista em 2019 (24,4%) pior situação do que em 2004 (20,4%) (EUROSTAT, 2020). A taxa de desemprego caiu para menos de metade em 2020 face a 2013, de 16,4% para 7,1%, mantendo-se a taxa de desemprego entre 2019 e 2010 inalterada (PORDATA, 2021). No entanto, a inversão da trajetória nas taxas de desemprego durante o ano de 2020 é assinalável a partir de abril, aumentando o número de desempregados até setembro e novamente nos dois últimos meses do ano, sobretudo entre trabalhadores não qualificados, trabalhadores

dos serviços pessoais, de proteção, segurança e vendedores, administrativos, trabalhadores da indústria, e também especialistas de atividades intelectuais e científicas (TAVARES et al., 2021).

A melhoria continuada dos indicadores em 2020 a nível nacional não reflete ainda as consequências do impacto da pandemia, sendo expectável a possibilidade de uma nova curva ascendente iniciar-se com o agravamento sentido nas condições de vida e laborais, estando mais expostas as pessoas cujas situações apresentam previamente condições socialmente vulneráveis. Quando a pandemia por COVID-19 se propagou pelo mundo, já o panorama de desigualdades sociais acentuadas era conhecido, sendo estas múltiplas e em várias dimensões, designadamente nos planos económico, educativo, de género, ou laboral no trabalho, interligando-se de forma complexa, tendo a pandemia, por si só, potenciado o aumento da reprodução das desigualdades sociais (TAVARES; CÂNDIDO, 2020). As condições prévias de pobreza e de exclusão social são apontadas como decisivas para o impacto negativo e desproporcionado nos segmentos populacionais mais vulneráveis, como as pessoas em situação de sem abrigo, migrantes, minorias étnicas, crianças em situação de pobreza, assim como as as pessoas expostas a desigualdades laborais e habitacionais ou territoriais (MALGESINI; EAPN, 2020; LAUVRAK; JUVET, 2020). A comunidade científica internacional tem revelado preocupações com desigualdades associadas à COVID-19 (AHMED et al., 2020), antecipando-se que “o principal efeito deste vírus, e da pandemia que provoca, é acentuar as desigualdades a partir das linhas de fratura sociais previamente existentes” (DIOGO, 2020, p. 198).

Como contrabalanço, foram tomadas medidas de proteção social ímpares para amortecer o “choque económico maciço” a que Martin et al. (2020) aludiram. São disso exemplo, medidas de apoio direto e indireto ao emprego e à atividade empresarial, e moratórias que adiam despesas com créditos de empresas e famílias (TAVARES et al., 2021). Esta situação excepcional merece a máxima atenção, pois, em comparação com outros países da União Europeia, Portugal apresenta indicadores preocupantes no que concerne a suscetibilidades e à exposição a atividades vulneráveis, sendo simultaneamente um dos países com menor cobertura de proteção jurídica do emprego e de proteção social (CALDAS et al., 2020), o que pode contribuir para agravar a vulnerabilidade social de enormes setores da população.

Considerando que a evidência sobre o impacto da pandemia em populações vulneráveis é ainda escassa, assim como a investigação baseada sobre intervenção destinada a apoiar social e economicamente grupos vulneráveis durante a pandemia da COVID-19 (LAUVRAK; JUVET, 2020), o presente estudo tem como objetivo caracterizar a situação familiar, socioeconómica e de apoio social da população que recorreu a serviços de emergência social durante a pandemia por COVID-19, no sentido de analisar as dimensões de vulnerabilidade social identificadas nas suas situações de vida.

## **Material e Métodos**

### **Tipo de Estudo**

O estudo realizado seguiu uma abordagem metodológica quantitativa, uma vez que analisou associações entre diferentes variáveis, avaliadas através de um inquérito por questionário. Trata-se de um estudo observacional e correlacional em que os dados foram recolhidos num único momento temporal.

## Participantes

A amostra é constituída por 230 participantes, na sua maioria mulheres (77,8%;  $n = 179$ ), com idades compreendidas entre os 20 e os 85 anos de idade ( $M = 45,8$  anos;  $DP = 13,3$ ), sendo 213 participantes (92,6%) com idades entre os 20 e os 64 anos e 17 (7,4%) com 65 ou mais anos. A maioria dos participantes é de nacionalidade portuguesa (67,4%;  $n = 155$ ) e 25,8% ( $n = 64$ ) são migrantes. Relativamente ao nível de escolaridade, os participantes distribuem-se entre os ciclos de atual escolaridade obrigatória (4.º ao 12.º ano) de forma similar (19,6% a 20,4%, respetivamente), havendo 14,8% com o ensino superior, sendo que 4,3% ( $n = 10$ ) da amostra reporta não possuir qualquer nível de escolaridade (Tabela 1).

**Tabela 1:** Caracterização sociodemográfica da amostra

	N	M	DP	Min-Max	n	%
<b>Sexo</b>	230					
Feminino		-	-	-	179	77.8
<b>Idade</b>	230	45.8	13.3	20-85	-	-
<b>Nacionalidade</b>	230					
Portuguesa		-	-	-	155	67.4
<b>Migrante</b>	230					
Sim		-	-	-	64	25.8
<b>Nível de Escolaridade</b>	230					
Sem escolaridade		-	-	-	10	4.3
1º ciclo (4.º ano)		-	-	-	45	19.6
2º ciclo (6.º ano)		-	-	-	47	20.4
3º ciclo (9.º ano)		-	-	-	47	20.4
Ensino Secundário (12.º ano)		-	-	-	47	20.4
Ensino Superior		-	-	-	34	14.8

Nota. N = número amostral; M = média; DP = desvio-padrão; Min = mínimo; Max = máximo; n = frequência; % = percentagem

Fonte: Elaboração das autoras (2021).

## Procedimentos

Foi construído o inquérito, tendo sido incluídos dois instrumentos padronizados na bateria de recolha de dados. Procedeu-se à solicitação de autorização formal dos autores das versões portuguesas dos instrumentos Escala Breve de Redes Sociais de Lubben (RIBEIRO et al., 2012) e Escala Breve de *Coping Resiliente* (RIBEIRO; MORAIS, 2010).

A amostra é não-probabilística, baseada no critério de acessibilidade e selecionada por informantes estratégicos, dado que os participantes foram as pessoas que recorreram à Delegação de Vila Nova de Gaia da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), em Portugal, para solicitar apoio social de emergência entre abril de 2020 e março de 2021. O estudo foi desenvolvido e implementado pela equipa de assistentes sociais da CVP que se encontrava na primeira linha de resposta à pandemia a partir do Centro Comunitário, tendo havido autorização institucional. Os critérios de seleção



foram ainda a maioria e o saber ler/falar português. Os participantes foram contactados por informantes estratégicos (assistentes sociais) e recolhidos os dados de acordo com os princípios éticos e deontológicos inerentes à investigação científica em Serviço Social, seguindo-se o Código Deontológico dos Assistentes Sociais da Associação dos Profissionais de Serviço Social de 2018 e os *Global Social Work Statement of Ethical Principles da International Federation of Social Workers* de 2018. Assim, aquando do primeiro contacto com os participantes foram explicados os objetivos do estudo e lido o consentimento informado. Atendendo à situação da pandemia e de forma a garantir segurança, a administração dos questionários foi realizada de forma presencial ou através de contacto telefónico, por hetero-administração. A recolha de dados foi efetuada por três assistentes sociais devidamente treinadas para o efeito. Os participantes responderam ao questionário após terem dado o seu consentimento verbal, tendo-lhes sido assegurado que a sua participação era voluntária e que poderiam desistir do estudo a qualquer momento, com garantia de anonimato e de confidencialidade. A recolha de dados decorreu entre junho de 2020 e março de 2021.

### Instrumentos

O inquérito por questionário foi desenhado pela equipa de investigação e é constituído por trinta e duas questões: vinte e seis questões fechadas e seis questões abertas. Estas dividem-se em oito partes: i) caracterização sociodemográfica (e.g. sexo, idade); ii) situação familiar (e.g. número de elementos do agregado familiar); iii) condições habitacionais (e.g. tipologia da habitação); iv) situação socioeconómica (e.g. proveniência dos rendimentos do agregado familiar antes e após o estado de emergência; atraso no pagamento de hipotecas, pagamento de rendas, contas de serviços, prestações; capacidade para enfrentar despesas financeiras inesperadas), nesta parte foi avaliado o índice de privação material para caracterizar carências devidas a dificuldades económicas em pelo menos quatro de nove itens considerados pelo Instituto Nacional de Estatística em Portugal (2021)<sup>1</sup>; v) condições de saúde (e.g. eventuais doenças de risco associadas à COVID-19); vi) suporte social (Escala LSNS); vii) apoio social institucional (e.g. apoios institucionais solicitados e recursos acionados); viii) *coping resiliente* (Escala BRCS). Algumas questões foram definidas com base no Estudo “Impacto Social da Pandemia” (Magalhães et al, 2020) para garantir comparabilidade.

Foi usada a Escala Breve de Redes Sociais de Lubben (LSNS-6) (RIBEIRO et al., 2012), um dos instrumentos mais utilizados para avaliar a integração social e o risco de isolamento social. A LSNS-6 visa avaliar o nível de apoio social percebido e recebido, dos familiares, amigos e vizinhos (LUBBEN, 1988). A escala é constituída por seis itens que avaliam as relações familiares (3 itens) e de amizade (3 itens). É pedido ao participante que classifique numa escala de *Likert* de 5 pontos (0 – 0; 5 – 9 e mais) e indique com quantos familiares ou amigos interage, em cada uma das situações descritas. A LSNS-6 apresenta um *score* total que resulta da soma dos 6 itens

<sup>1</sup>O indicador de Privação Material Severa é relativo à condição do agregado doméstico privado no qual se verifica a carência forçada considerando os seguintes nove itens, devido a dificuldades económicas: a) capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada e próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; f) capacidade para ter máquina de lavar roupa; g) capacidade para ter televisão a cores; h) capacidade para ter telefone fixo ou telemóvel; i) capacidade para ter automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) (INE, 2021). A taxa de privação material severa representa a percentagem da população que enfrenta pelo menos quatro dos nove tipos da lista de dificuldades económicas acordada na União Europeia (INE, 2021).

( $\alpha = .494$ ) que varia entre 0 a 30 pontos (RIBEIRO et al., 2012), sendo também possível obter dois scores distintos: LSNS-família ( $\alpha = .531$ ) e LSNS amigos ( $\alpha = .352$ ), com as pontuações a oscilarem entre 0 e 15 pontos em cada um.

A Escala Breve de *Coping* Resiliente ( $\alpha = .668$ ) (RIBEIRO; MORAIS, 2010) foi usada para avaliar a capacidade do indivíduo para promover uma adaptação positiva a uma situação *stressante*. É pedido ao participante que classifique numa escala de *Likert* de 5 pontos (1- quase nunca; 5 – quase sempre), a frequência com que age da forma descrita nos itens. A pontuação total varia de 4 a 20, sendo as seguintes pontuações indicadoras de três níveis de *coping resiliente*: baixo  $\leq 13$ ; médio 14-16; elevado  $\geq 17$  (SINCLAIR; WALLSTON, 2004).

### Análise de dados

Os dados foram analisados através do *software IBM SPSS Statistics 26*. Num primeiro momento foi realizado um processo de *data screening* de forma a uniformizar e adequar as variáveis para o tratamento estatístico subsequente, designadamente a identificação de *missing values*. Posteriormente, foi realizada a análise descritiva dos dados, com recurso a medidas de tendência central e a medidas de dispersão. De forma a medir a consistência interna do conjunto de itens que originaram fatores latentes, recorreu-se ao *Alpha de Cronbach* ( $\alpha$ ).

Quanto aos procedimentos de estatística inferencial, fez-se a análise correlacional das variáveis, tendo-se recorrido aos coeficientes de correlação de *Pearson* e *Point Bi-serial*. De forma a avaliar associações entre a distribuição dos participantes em dois momentos temporais avaliados (antes e após estado de emergência<sup>2</sup>) no que concerne à situação perante o emprego e proveniência dos rendimentos, foi efetuado o teste de *McNemar*. Na variável “situação perante o emprego”, apenas se fez a comparação entre “empregado” e “desempregado”, na medida que o número das restantes categorias destas variáveis (estudante e reformado) se mantiveram inalteradas nos dois momentos temporais. A variável “proveniência dos rendimentos” foi dicotomizada nos seguintes grupos: i) rendimento sem apoio social e ii) rendimento com apoio social.

### Resultados

Os resultados obtidos através deste estudo demonstram que, ao nível sociofamiliar os participantes inseriam-se, na sua maior parte, em famílias monoparentais, sendo que a família monoparental feminina ( $n = 73$ ; 31.8%) tinha uma maior expressão, seguindo-se os enquadrados em famílias unipessoais ( $n = 60$ ; 26.1%) e em famílias nucleares com filhos ( $n = 53$ ; 23.0%). Relativamente à habitação, 57% ( $n = 131$ ) dos participantes indicaram viver em casa arrendada, seguidos dos que têm casa própria com e sem encargos (17,7% e 9,1%, respetivamente), sendo que a maioria dos inquiridos reportou que as suas habitações tinham todas ou quase todas as condições habitacionais necessárias (Tabela 2).

---

<sup>2</sup>O Estado de Emergência que instituiu medidas de confinamento geral da população e regras de segurança face à pandemia COVID-19 vigorou em Portugal a partir de 18 de março de 2020, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março. Desde esta data até à data de finalização de recolha de dados, vigorou o Estado de Emergência o Estado de Calamidade, alternadamente, com medidas similares. Assim, a referência temporal a que se refere o “antes/depois” é a data da entrada em vigor do primeiro Estado de exceção na República Portuguesa (18 de março de 2020).

**Tabela 2:** Caracterização sociofamiliar e habitacional da amostra

	<b>N</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Tipologia Familiar</b>	230		
Unipessoal		60	26.1
Monoparental feminina		73	31.8
Nuclear sem filhos		21	9.1
Nuclear com filhos		53	23
Alargada		22	9.6
Reconstituída		1	.4
<b>Tipo de habitação</b>	230		
Habitação própria sem encargos		21	9.1
Habitação própria com encargos		36	15.7
Habitação arrendada		131	57.0
Habitação social		28	12.2
Habitação cedida		13	5.7
Sem habitação		1	.4
<b>Condições de habitabilidade</b>	230		
Com todas as condições		155	67.4
Com a maioria das condições		42	18.3
Com poucas condições		27	11.7
Sem condições		6	2.6

Nota. N = número amostral; n = frequência; % = percentagem

Fonte: Elaboração das autoras (2021).

No que concerne ao apoio institucional solicitado pelos participantes, os resultados obtidos demonstram que a totalidade recorreu a apoio institucional, tendo todos solicitado apoio alimentar. Na sua maioria, os participantes recorreram apenas à Organização Não Governamental (ONG) com resposta de emergência social (65,2%;  $n = 150$ ), tendo os restantes recorrido à ONG e a outros recursos comunitários. O apoio alimentar foi a única solicitação por parte de 82,2% ( $n = 189$ ) da amostra. Para além do apoio alimentar, 37 indivíduos (16,1%) tiveram mais um tipo de apoio material, assim como recurso a medidas de apoio social (RSI e GIP). Quatro participantes (1,7%) reportaram ter tido três ou mais apoios institucionais ou de medidas de apoio social. Note-se que o recurso às medidas de apoio social foi efetuado pelos participantes junto de vários serviços sociais disponíveis na comunidade (Tabela 3).



**Tabela 3:** Caracterização da amostra relativamente ao recurso a apoio institucional

	N	n	%
<b>Apoio institucional a que recorreu</b>	230		
ONG		150	65.2
ONG + Autarquia Local (Junta de Freguesia, Município)		57	24.8
ONG + Outras organizações		23	10
<b>Tipo de apoio social solicitado</b>	230		
Apoio alimentar		189	82.2
Apoio alimentar + GIP		4	1.7
Apoio alimentar + vestuário		12	5.2
Apoio alimentar + RSI		19	8.3
Apoio alimentar + vestuário + GIP		1	.4
Apoio alimentar + vestuário + GIP + RSI		1	.4
Apoio alimentar + GIP + RSI		2	.9
Apoio alimentar + alojamento		2	.9

Nota. N = número amostral; n = frequência; % = percentagem; ONG – Organização Não Governamental; RSI – Rendimento Social de Inserção; GIP – Gabinete de Inserção Profissional.

Fonte: Elaboração das autoras (2021).

Relativamente à situação profissional e financeira dos participantes, esta foi avaliada tendo em conta dois momentos temporais distintos: antes e após o estado de emergência. Os resultados indicam que, antes do estado de emergência, a maior parte dos inquiridos encontrava-se empregada (49%,  $n = 112$ ), 16 por conta própria e 96 por conta de outrem, sendo que, após o estado de emergência, a maioria se encontrava na situação de desemprego (73,4%,  $n = 168$ ), sendo que anteriormente os desempregados eram 96 (42,1%).

A acrescentar, quanto à proveniência dos rendimentos, que antes do estado de emergência, a maioria dos respondentes indicou que tinha os seus próprios rendimentos (49,1%,  $n = 113$ ), sendo que apenas 11 indivíduos (4,8%) reportaram não ter qualquer tipo de rendimento. Após o estado de emergência, a maioria dos respondentes indicou que a sua principal fonte de rendimento foram os apoios sociais (49,6%;  $n = 114$ ) e 26 participantes (11,3%) afirmaram não ter qualquer tipo de rendimento (Tabela 4).

De forma a verificar se existiam diferenças significativas entre as variáveis avaliadas nos dois momentos temporais – antes e após o estado de emergência – foram conduzidos testes de McNemar. No que concerne à “situação perante o emprego” (Empregados vs. desempregados; excluindo os estudantes, reformados e *missing values*), há evidência muito forte da existência de uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis ( $p < 0,001$ ), havendo maior probabilidade de um indivíduo empregado se encontrar desempregado após o estado de emergência. Se dos 111 empregados, 76 passaram a estar desempregados, já entre os 96 desempregados, apenas 3 passaram a estar empregados. Na variável “proveniência de rendimentos”, dicotomizada (rendimentos próprios vs. rendimentos com apoios sociais; excluídos os sem rendimentos e os *missing values*), há evidência muito forte da existência de uma associação entre as variáveis ( $p < 0,001$ ), registando-se uma maior probabilidade de procura de apoios sociais como fonte de rendimento após o estado de emergência (Tabela 4). Dos 97 participantes sem apoio social como

fonte de rendimento, 24 passaram a ter apoio; já entre os que tinham apoio, só 1 sujeito deixou de ter apoios sociais como fonte de rendimento.

**Tabela 4:** Condição perante o trabalho, fontes de rendimento e apoio social dos participantes antes e após o estado de emergência.

	Antes do Estado de Emergência			Após o Estado de Emergência		
	N	n	%	N	n	%
<b>Condição perante o trabalho</b>	228			229		
Empregado		112	49,1		41	17,9
Desempregado		96	42,1		168	73,4
Reformado		17	7,5		17	7,4
Estudante		3	1,3		3	1,3
<b>Proveniência rendimentos</b>	230			230		
Rendimentos próprios		113	49,1		74	32,2
Apoios sociais		73	31,7		114	49,6
Rendimentos próprios + apoios sociais		33	14,3		16	7,0
Sem rendimentos		11	4,8		26	11,3

#### Emprego, apoio social e financeiro antes e depois do estado de emergência

	Após estado emergência		N	$\chi^2$	p
	Empregado	Desempregado			
Antes estado emergência					
Empregado	38	73	207	62,645	,000
Desempregado	3	93			
	Rendimento sem apoio social	Rendimento com apoio social			
Rendimento sem apoio social	73	24	203	19,360	,000
Rendimento com apoio social	1	105			

N = número amostral; n = frequência; % = percentagem;  $\chi^2$  Teste de McNemar; p - significância

Fonte: Elaboração das autoras (2021).

A situação financeira de 78,7% dos participantes ( $n = 181$ ) foi afetada pela pandemia, tendo 55,7% ( $n = 128$ ) dos inquiridos reportado ter reduzido as suas despesas durante o período pandémico e conseguido assumir o seu pagamento, enquanto 35,7% ( $n = 82$ ) declararam ter deixado de conseguir pagar as despesas básicas. Na amostra, foi uma minoria de inquiridos que apresentou até quatro indicadores de privação material ( $n = 6$ ; 2,6%), considerando-se que 97,4% apresentam privação material severa. Se analisarmos a distribuição da amostra agregada por percentis, no 1.º percentil ( $\leq 6$  indicadores) temos 17%, no 2.º percentil (7-8 indicadores) encontramos 55,7 % e no 3.º percentil (9 indicadores, ou seja, todos) encontramos 27,4% dos participantes (Tabela 5).

**Tabela 5:** Situação financeira e dificuldades económicas no agregado familiar dos participantes durante a pandemia

	N	n	%
<b>Afetação da situação financeira pela pandemia</b>	230		
Sim		181	78.7
<b>Gestão das despesas no período de pandemia</b>	230		
Conseguiu pagar as despesas mensais		20	8.7
Reduziu as despesas e conseguiu pagá-las		128	55.7
Deixou de conseguir pagar as despesas básicas		82	35.7
<b>Privação Material por dificuldades económicas (a)</b>	230		
0 indicadores		2	.9
1 indicador		2	.9
2 indicadores		1	.4
3 indicadores		1	.4
4 indicadores		3	1.3
5 indicadores		12	5.2
6 indicadores		18	7.8
7 indicadores		44	19.1
8 indicadores		84	36.5
9 indicadores		63	27.4
<b>Taxa de privação material severa</b>			
< 4 indicadores		6	2.6
4+ indicadores		224	97.4

Notas: a) tendo por base os 9 indicadores usados no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento do Instituto Nacional de Estatística.

N = número amostral; n = frequência; % = percentagem

Fonte: Elaboração das autoras (2021).

De forma a verificar a existência, ou não, de associações entre as variáveis em análise, foram conduzidas correlações (Tabela 6). Assim, foram sujeitas a análises correlacionais o LSNS score total, LSNS família, LSNS amigos, BRCS e índice de privação material severa (<4 indicadores vs. >=4 indicadores). Os resultados demonstraram que o score total de LSNS se correlacionou de forma positiva e elevada com as subescalas (família e amigos) da LSNS. Encontrou-se, da mesma forma, uma correlação positiva fraca entre o score total de LSNS e BRCS, indicando que quanto mais elevado o score do indivíduo no LSNS, maior será o seu score no BRCS; ou seja, quanto maior o apoio social percebido, maior o seu nível de *coping*. Verificámos ainda uma correlação negativa fraca entre o score total de LSNS e o índice de privação material severa, indicando que, quanto mais elevado o nível de LSNS, menor o Índice de privação material severa do indivíduo. Resultado semelhante foi encontrado entre esta última variável e o score LSNS família. Por fim, ressalva-se que as duas subescalas da LSNS se encontravam correlacionadas de forma positiva fraca entre si. Da mesma forma, estas duas subescalas correlacionavam-se de forma positiva fraca com o score total BRCS (Tabela 6).

**Tabela 6:** Correlações entre variáveis de apoio social informal, coping resiliente e privação material severa

	1	2	3	4	5
1. LSNS score total (apoio social informal)	-	.85**	.71**	.24**	-.25**
2. LSNS família		-	.24**	.13**	-.28**
3. LSNS amigos			-	.26**	-.09
4. BRCS ( <i>coping</i> resiliente)				-	.01
5. Índice de privação material severa					-

Notas: Significância estatística ( $p$ ); \*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*\*\*  $p < 0,001$ .

Fonte: Elaboração das autoras (2021).

## Discussão

Durante a pandemia de COVID-19, o Serviço Social enfrentou um período de enorme exigência para responder a necessidades sociais urgentes num cenário de incerteza. A população que recorreu a serviços de emergência social durante a pandemia viu as suas condições de vida vulnerabilizarem-se claramente, sobretudo a nível laboral e socioeconómico. Os desempregados na amostra do estudo eram 42,1% antes, passando a representar 73,4% após a pandemia, o que significa um aumento em 31,3% no desemprego entre a amostra. Os sujeitos com rendimentos próprios sem apoio social diminuíram 16,9% entre os participantes do estudo, sendo que os que deixaram de ter rendimentos aumentaram 6,5% e os que passaram a ter exclusivamente rendimentos advindos dos apoios sociais cresceram 17,9%. Apesar dos limites da amostra, as percentagens relevantes apontam para um quadro de diminuição na autonomia nos rendimentos dos agregados associada ao desemprego, tendo sido os desempregados que mais apresentaram rendimentos com apoios sociais após o Estado de Emergência (63%), indo ao encontro das preocupações veiculadas por Caldas et al. (2020) e Tavares et al. (2021). Outro estudo em Portugal indica que os que estavam desempregados antes do início da pandemia foram os que sentiram maiores dificuldades em lidar com as restrições do confinamento, tendo sido os que foram despedidos os que revelaram maior impacto da pandemia na condição laboral (MAGALHÃES et al., 2020), sublinhando ainda que houve vulnerabilidade acrescida entre os que viram os seus rendimentos e o seu emprego ou negócio posto em causa (MAGALHÃES et al., 2020). Tavares e Cândido (2020) apontam para que as consequências socioeconómicas acrescidas pela pandemia se devam ao trabalho precário e instável, por contratos temporários e por trabalho informal, assim como a rotatividade ou intermitência laboral, variáveis que não foram retratadas no presente estudo. Os resultados reforçam a ideia de que as condições socioeconómicas e laborais se viram agravadas na população mais exposta às desigualdades neste período, particularmente para quem já se encontrava em situações mais vulneráveis e que era mais afetado por condições de precariedade e de desemprego (TAVARES; CÂNDIDO, 2020).

Estima-se que tenha havido uma destruição massiva de postos de trabalho a nível mundial (ILO, 2021). São mulheres que constituem maioritariamente a amostra, tendo sido as trabalhadoras as mais afetadas pelo desemprego e pela diminuição salarial, assim como os trabalhadores com salários mais baixos, tanto a nível mundial como a nível nacional (ILO, 2021; INE, 2021b), sendo aproximadamente ¼ migrantes na amostra, acrescenta-se uma outra dimensão à vulnerabilidade nas situações laborais, geralmente precárias.

Na amostra do estudo, 97,4% apresentam privação material severa, quando as estatísticas nacionais indicam que havia uma taxa de 4,6% na população portuguesa em 2020 (PORDATA, 2021), isto é, superior a vinte vezes mais. Tendo em consideração que os indicadores em que se baseia esta variável são relativos a condições de vida material dos agregados familiares e a carência forçada por dificuldades económicas para fazer face a despesas regulares e/ou necessidades inesperadas, podemos inferir que a situação pandémica agudizou tais dificuldades que seriam pré-existentes. Note-se que 55,7% das situações de vida dos participantes apresentam 7 e 8 indicadores e que 27,4% apresentam a totalidade dos 9 indicadores. As condições prévias de pobreza são fundamentais para antecipar o impacto negativo e desproporcionado nas situações mais vulneráveis, a nível multidimensional (COSTA, 2020; MALGESINI; EAPN, 2020; LAUVRAK; JUVET, 2020). A pandemia teve implicações no acesso à saúde, educação, mercado de trabalho, poupança, consumo e endividamento, acentuando as desigualdades laborais e agravando a vulnerabilidade social dos mais pobres (PERALTA; CARVALHO; ESTEVES, 2021), ressaltando que os efeitos económicos e sociais da pandemia tendem a ser assimétricos, sendo que é esperado que tal assimetria aumente ao longo do tempo (MAGALHÃES et al., 2020).

Apesar de o estudo não ter dados sobre a persistência da situação de pobreza, sabe-se que em Portugal, em 2019, 12,5% da população estava em situação de pobreza persistente, sendo que 8,6% encontrava-se nesta situação há quatro anos, estimando-se que 62,5% das pessoas em situação de pobreza se encontrariam a enfrentar pobreza persistente, sendo 10% as situações de pobreza temporárias, durante um ano, devidas a desemprego ou a reconfigurações familiares que são superadas (PERALTA; CARVALHO; ESTEVES, 2021).

O enquadramento das condições de vida a nível familiar dos participantes é também revelador de vulnerabilidade social, integrando sobretudo famílias monoparentais (31,8%) e famílias unipessoais (26,1%), especialmente vulneráveis à pobreza em situação de desemprego ou de quebra de rendimentos, por só disporem de um rendimento. A nível habitacional, a amostra apresenta também características que podem indicar riscos de degradação da sua condição social caso persistam as dificuldades económicas e impeçam a cobertura das despesas fixas com habitação, pois a maioria vive em casa arrendada (57%), seguindo-se dos que têm casa própria com hipoteca bancária (15,7%). Note-se que 55,7% reduziram as despesas básicas para garantir a sua cobertura e que 35,7% dos participantes deixaram de conseguir pagar as despesas básicas, o que configura uma situação alarmante.

O apoio da ação social, assim como de medidas preventivas da vulnerabilização das situações de vida ou mesmo de medidas que permitem reduzir a intensidade da pobreza revelam-se como muito relevantes na amostra, tendo todos os participantes recorrido à resposta de emergência da ONG solicitando apoio alimentar. A maior parte da amostra usou exclusivamente os recursos da ONG (65,2%), tendo os restantes recorrido também a outros recursos comunitários, no sentido de obterem apoio na inserção profissional e no âmbito da medida de Rendimento Social de Inserção. O processo oscilante de vulnerabilidade social, transitório ou contínuo, é revelado sobretudo aquando do recurso à assistência social (BRANCO, 2015), como aconteceu entre os participantes do estudo, tendo o recurso, neste caso, sido desencadeado pelo evento crítico pandémico que tendeu a desequilibrar abruptamente a relação entre recursos e necessidades, ou ainda por uma acumulação de eventos críticos anteriores aos quais se adiciona a crise provocada pela pandemia.

São, por isso, fundamentais medidas de promoção dos direitos e de proteção às situações vulneráveis de pessoas negativamente afetados pela pandemia, bem como fomentar esquemas de apoio ao rendimento que protejam as pessoas da entrada numa situação de pobreza e lhes

garantam acesso a recursos em várias áreas (MALGESINI; EAPN, 2020). Apesar de a cobertura coletiva estatal dos riscos ter sido uma das estratégias mais consensualmente advogadas, mesmo por economistas neoliberais, como sublinham Caldas, Silva e Cantante (2020), e de estas terem sido implementadas de diversas formas e com diferentes níveis constitui uma ameaça a constrição preexistente dos meios de ação pública dos Estados, pois “pode tolher a capacidade de intervenção pública no contexto de crise e ampliar as consequências” (CALDAS; SILVA; CANTANTE, 2020, p. 36).

Para além do apoio social formal e das políticas públicas aos cidadãos que procuraram serviços sociais na pandemia, o estudo evidencia a relevância do apoio social informal, indicando que a privação material severa é menor quando o apoio social informal percebido é maior, particularmente quando a fonte de apoio é a família, sendo que os que percebem maior apoio informal apresentam maiores níveis de *coping* resiliente. Enquanto o *coping* é relativo às estratégias acionadas para lidar com a situação, a resiliência centra-se no resultado das estratégias utilizadas frente às adversidades (TABOADA; LEGAL; MACHADO, 2006), relacionando-se o *coping* com um dado momento e decorrendo a resiliência ao longo do tempo (RIBEIRO; MORAIS, 2010), pelo que nem todas as estratégias de *coping* são eficazes e resultam em resiliência. A disrupção súbita e multidimensional provocada pela pandemia, assim como o cenário de incerteza enfrentado terá dificultado particularmente a utilização de estratégias de *coping* usadas anteriormente, sendo que os resultados nos mostram que o suporte social de pessoas das redes sociais informais, particularmente das relações familiares, terão tido um papel importante como amortecedoras do impacto da situação como favorecedoras de ativação de estratégias que potenciam a resiliência face à situação.

Há ainda a referir limitações do estudo. A dimensão amostral e as suas características não-probabilísticas, assim como os dados terem sido recolhidos numa só instituição e num só local situado na Região Norte do país, não permitem uma generalização dos resultados, mas estes oferecem um contributo relevante para fazer uma aproximação ao impacto social de uma situação excecional como a da pandemia, sendo desejável alargar o estudo com as variáveis avaliadas a outras organizações. A hetero-administração dos instrumentos de recolha de dados pode criar um viés nas respostas, particularmente nas que podem traduzir-se em eventual vantagem no reforço de apoio para os participantes, no entanto, a adequação da recolha de dados aos constrangimentos das medidas de segurança e de distanciamento físico teve de ser efetuada, permitindo também eliminar eventuais dificuldades interpretativas na resposta.

## Conclusões

O impacto social da disrupção na atividade económica para lidar com a situação pandémica, apresenta um impacto potencialmente disruptivo nas situações de vida das populações, particularmente das que apresentavam indicadores anteriores de vulnerabilidade social. Os resultados apontam para um agravamento da situação socioeconómica dos participantes no estudo, com uma maior probabilidade de estarem desempregados e de procurarem apoio social formal no contexto pós-pandemia. Entre a amostra, o desemprego aumentou 31,3%, tendo-se fragilizado o rendimento dos agregados familiares que os sujeitos integravam, perdendo autonomia.

O estudo evidenciou ainda a relevância do apoio social informal e formal, tanto das medidas de emergência social como das medidas de política pública, tendo 17,9% passado a terem rendimentos exclusivamente advindos de apoios sociais, ou a contarem com o apoio formal para compensarem perdas de rendimento. A maioria dos participantes apresentava uma prevalência



muito elevada de privação material severa (97,4%), associada a um baixo nível de suporte informal. No entanto, o apoio social informal tende a favorecer o *coping* resiliente, o que pode ser um indicador relevante para a recuperação da situação a nível individual, ressaltando a importância que a sociedade providência tem na sociedade portuguesa na provisão social a nível micro.

Em todo o mundo, a pandemia da COVID-19 teve e continua a ter um enorme impacto na vida das pessoas, mas também tem tido um impacto assinalável no serviço social e nas organizações. Os assistentes sociais mobilizaram esforços para responder a necessidades sociais urgentes das populações, tendo o presente estudo sido promovido por assistentes sociais e desenvolvido no contexto de uma resposta de emergência social. A intervenção dos assistentes sociais da ONG esteve em consonância com o emanado pela Federação Internacional de Assistentes Sociais (IFSW, 2021), no papel que desempenhou na linha de frente de apoio às comunidades, em garantir que as pessoas com condições de vida mais vulneráveis fossem incluídas no planeamento e na resposta, em garantir que tivessem acesso a bens essenciais, assim como em coadunar distanciamento físico sem distanciamento social, reforçando a solidariedade comunitária. Os desafios dos assistentes sociais são inúmeros na intervenção em emergência e em catástrofes, planeando e gerindo o apoio, tanto na prevenção, na intervenção imediata, na recuperação, como na reconstrução individual e comunitária, avaliando necessidades, prestando serviços de subsistência, garantindo apoio psicossocial e coordenando serviços sociais (AVILA; MATTEDI; SILVA, 2017).

O estudo contribui, apesar dos seus limites, para reafirmar a forte probabilidade da pandemia de COVID-19 em exacerbar as desigualdades existentes, tanto nas consequências imediatas resultantes das medidas drásticas tomadas para conter a sua propagação, como nas potenciais consequências a longo prazo (COSTA, 2020; FISHER et al., 2020). Os riscos de perda repentina de rendimentos ou de falta de acesso a apoio social podem ter consequências devastadoras, constituindo, por isso, um desafio a identificação de todos aqueles que possam encontrar-se em situações vulneráveis (THE LANCET, 2020).

Entendemos que o foco de futuros estudos possa distinguir entre as situações de vida de quem se encontrava já numa situação de vulnerabilidade social e de quem entrou numa situação de pobreza associada à crise pandémica, considerando que o impacto será desigual. Entendemos que seria ainda interessante desenvolver estudos que acompanhassem a evolução das condições de vida da população mais vulnerável e afetada com a pandemia, acompanhando trajetórias marcadamente distintas no período que se pretende de recuperação pós-pandémica. As organizações que respondem a situações de emergência podem contribuir para tornar viáveis e monitorizar os processos oscilantes de vulnerabilidade social, sistematizando dados e divulgando-os periodicamente.

Estes são desafios coordenados que devem envolver profissionais, especialmente os assistentes sociais, organizações, e académicos das ciências sociais. Será muito relevante a investigação multidisciplinar sobre as implicações societárias da COVID-19 (HOLMES et al., 2020; BAVEL et al., 2020), no sentido de fundamentar a adequação e a criação de respostas aos cidadãos e de desenvolver políticas públicas que se constituam como pilares na contenção da vulnerabilidade social e do aprofundamento de desigualdades sociais e que sejam impulsionadoras de condições justas de trabalho e de rendimento, assim como promotoras de proteção social efetiva e de justiça social.

## Referências

- AHMED, F.; AHMED, N.; PISSARIDES, C.; STIGLITZ, J. Why inequality could spread COVID-19. **The Lancet – Public Health**, v. 5, n. 5, e240, 2020. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(20\)30085-2](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(20)30085-2)
- ALVES, N. A dinâmica da pobreza em Portugal. In F. DIOGO, A. CASTRO, & P. PERISTA. **Pobreza e exclusão social em Portugal: Contextos, transformações e estudos**. V.N. Famalicão: Húmus, 65-77, 2015.
- AVILA, M, R, R.; MATTEDI, M. A.; SILVA, M. S. Serviço Social e desastres: Campo para o conhecimento e atuação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, 129, 343-365, 2017. <https://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.112>
- BAVEL, V. J. J.; BALCKER, K.; BOGGIO, P. S.; CAPRARO, V.; CICHOCKA, A.; CIKARA, M.; CROCKETT, M. K.; CRUM, A. J.; DOUGLAS, K. M.; DRUCKMAN, J. N.; et al. Using social and behavioural science to support COVID-19 pandemic response. **Nat. Hum. Behav**, 4, 460-471, 2020 <https://doi.org/10.1038/s41562-020-0884-z>
- BRANCO, F. A procura da assistência social em Portugal como revelador da pobreza e vulnerabilidade social. In F. DIOGO, A. CASTRO, & P. PERISTA. **Pobreza e exclusão social em Portugal: Contextos, transformações e estudos**. V.N. Famalicão: Húmus, 231-249, 2015.
- CALDAS, J. C.; SILVA, A. A.; CANTANTE, F. **As consequências socioeconómicas da COVID-19 e a sua desigual distribuição**. CoLABOR Ebooks, 2020. Disponível em: <https://colabor.pt/wp-content/uploads/2021/03/As-consequencias-socioeconomicas-da-COVID-19-e-sua-desigual-distribuicao.pdf>
- COSTA, A. B.; BAPTISTA, I.; PERISTA, P.; CARRILHO, P. **Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Gradiva, 2008.
- COSTA, A. F. Desigualdades sociais e pandemia. In: CARMO, R. M.; TAVARES, I.; CÂNDIDO, A. F (orgs.). **Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro**. Lisboa, Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE, 4-16, 2020. Disponível em: <https://www.observatorio-dasdesigualdades.com/2020/11/29/umolharsociologicosobreacovid19emlivro/>
- DEDECCA, C. S. Desigualdade, mas de que falamos?, **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 1 (126), 55-71, 2007.
- DIOGO, F. (coord.). **A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021. Disponível em: <https://www.ffms.pt/FileDownload/e605ad78-e8e6-49ea-a443-d8bb8fa83659/a-pobreza-em-portugal-trajetos-e-quotidianos>
- DIOGO, F. A pobreza e a pandemia em Portugal, um ensaio. In: CARMO, R. M.; TAVARES, I.; CÂNDIDO, A. F (orgs.). **Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro**. Lisboa, Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE, 181-198, 2020. Disponível em: <https://www.observatorio-dasdesigualdades.com/2020/11/29/umolharsociologicosobreacovid19emlivro/>
- EUROSTAT. European Statistics. 2020. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat> [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc\\_mddd12&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc_mddd12&lang=en)
- FISHER, J.; LANGUILAIRE, L. C.; LAWTHOM, R.; NIEUWENHUIS, R.; PETTS, R. J.; RUNSWICK-COLE, K.; YERKES, M. A. Community, work, and family in times of COVID-19, **Community, Work & Family**, v. 23, n. 3, 247-252, 2020. [10.1080/13668803.2020.1756568](https://doi.org/10.1080/13668803.2020.1756568)
- HOLMES, E. A.; O'CONNOR, R. C.; PERRY, V. H.; TRACEY, I.; WESSELY, S.; ARSENEAULT, L.; BALLARD, C.; CHRISTENSEN, H.; SILVER, R. C.; EVERALL, I.; et al. Multidisciplinary research priorities for the COVID-19 pandemic: A call for action for mental health science. **Lancet Psychiatry**, 7, 547-560, 2020. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(20\)30168-1](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(20)30168-1)

IFSW – International Federation of Social Workers (2021). **Official IFSW Statements Relating to COVID-19**. 2021. In <https://www.ifsw.org/covid-19/>

ILO - International Labour Office. **Global Wage Report 2020-21: Wages and minimum wages in the time of COVID-19**. Geneva, 2021. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_762534.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_762534.pdf)

INE - **Instituto Nacional de Estatística**, 2021a. Disponível em [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0006258&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006258&lingua=PT)

INE - Instituto Nacional de Estatística. **Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego de 31 de maio de 2021**, 2021b Disponível em [https://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=506677369&att\\_display=n&att\\_download=y](https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=506677369&att_display=n&att_download=y)

LAUVRAK, V.; JUVET, L. **Social and economic vulnerable groups during the COVID-19 pandemic - Rapid review**. Oslo: Norwegian Institute of Public Health, 2020. Disponível em: <https://www.fhi.no/globalassets/dokumenterfiler/rapporter/2020/social-and-economic-vulnerable-groups-during-the-covid-19-pandemic-report-2020-v3.pdf>

MAGALHÃES, P. C.; GOUVEIA, R.; COSTA-LOPES, R.; SILVA, P. A. E. **O Impacto Social da Pandemia**. Estudo ICS/ISCTE Covid-19. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2020. <https://www.ics.ulisboa.pt/docs/RelatorioInqueritoICSISCTE.pdf>

MALGESINI, G.; EAPN. **The impact of Covid-19 on people experiencing poverty and vulnerability: Rebuilding Europe with a social heart**. The European Anti-Poverty Network, 2020. Disponível em: <https://www.eapn.eu/the-impact-of-covid-19-on-people-experiencing-poverty-and-vulnerability-eapn-report/>

MARTIN, A.; MARYIA MARKHVIDA; M.; HALLEGATTE, S.; WALSH, B. Socio-Economic Impacts of COVID-19 on Household Consumption and Poverty. **Economics of Disasters and Climate Change**, n. 4, 453-479, 2020. <https://doi.org/10.1007/s41885-020-00070-3>

PERALTA, S.; CARVALHO; B. P., ESTEVES, M. Portugal, Balanço Social 2020. **Um retrato do país e dos efeitos da pandemia**. Lisboa: Nova SBE Economics for Policy Knowledge Center, Fundação “la Caixa”, BPI. 2021. <https://www2.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/Portugal%20Balanco%20Social%202020-Relatorio.pdf>

PORDATA. **Base de Dados de Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal>

RIBEIRO, J. L.; MORAIS, R. Adaptação portuguesa da escala breve de coping resiliente. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 11, n. 1, 5-13, 2010.

RIBEIRO, O., TEIXEIRA, L., DUARTE, N., AZEVEDO, M. J., ARAÚJO, L., BARBOSA, S., & PAÚL, C. Versão portuguesa da escala breve de redes sociais de Lubben (LSNS-6). **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 15, n. Especial 11, 217-234, 2012.

SINCLAIR, V. G.; WALLSTON, K. A. The development and psychometric evaluation of brief resilient coping scale. **Assessment**, v. 11, n. 1, 94-101, 2004. 10.1177/1073191103258144

TABOADA, N.; LEGAL, E.; MACHADO, N. Resilience: looking for a concept. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, v. 16, n. 3, 104-113, 2006. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822006000300012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000300012)

TAVARES, I.; CÂNDIDO, A. F. Balanço e perspectivas de futuro: o impacto da covid-19 e a (re) produção das desigualdades sociais. In: CARMO, R. M.; TAVARES, I.; CÂNDIDO, A. F (orgs.). **Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro**. Lisboa, Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE, 244-256, 2020. Disponível em: <https://www.observatorio-dasdesigualdades.com/2020/11/29/umolharsociologicosobreacovid19emlivro/>

TAVARES, I.; CÂNDIDO, A. F.; CALEIRAS, J.; CARMO, R. M. **Desemprego em 2020. Impactos da pandemia, mapeamentos e reflexões**. Lisboa: Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte, 2021. 10.15847/CIESODdesemprego2020

THE LANCET. Editorial: Redefining vulnerability in the era of COVID-19. **The Lancet**. 2020 [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30757-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30757-1)